

Sete Pilares de Poder das Pequenas Guerras

Randy Borum, Ph.D.



Fotógrafo desconhecido

A queda do Muro de Berlim, 1989. O antigo “Check Point Charlie”, Berlim.

Temos de superar a ideia de que a tecnologia vai mudar a guerra... A guerra é basicamente um empreendimento humano.

—General de Exército James N. Mattis, Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, Comandante das Forças Conjuntas dos EUA e do Comando Aliado Supremo da OTAN

O MUNDO PARECEU SUSPIRAR aliviado quando o longo período da Guerra Fria chegou ao fim. Esse evento marcante, contudo, não significou o fim das guerras no mundo. Embora o número de conflitos armados tenha diminuído desde o pico atingido no início dos anos 90¹, e uma guerra convencional entre grandes Estados pareça algo improvável no futuro próximo, conflitos localizados e um “número crescente de áreas onde há cada vez mais descontrole interno”, que talvez facilitem o surgimento de mais conflitos, passaram a caracterizar o cenário mundial².

Os cidadãos desta comunidade globalizada talvez não mais estejam perdendo suas noites de sono, preocupados em saber se o mundo ainda

estará lá na manhã seguinte, mas o clima atual de desordem pode levá-los a “uma morte lenta”. São as chamadas “pequenas guerras”³, as insurgências⁴ e os conflitos civis internos e localizados, decorrentes de problemas políticos, econômicos e sociais. Na última década, quase 80% dos episódios de violência armada estiveram relacionados a conflitos recorrentes. Isso nos deve lembrar — como se precisássemos ser lembrados — que a transição pós-conflito deve ser parte integrante de qualquer intervenção militar⁵.

Esses conflitos quase sempre envolveram Estados fracassados ou em via de fracasso, ou *anocracias* — regimes “purgatórios”, que misturam elementos da democracia e da autocracia, sem se beneficiarem dos aspectos estabilizadores de qualquer uma delas⁶. Três, entre quatro crises internacionais pós-Guerra Fria, envolveram Estados fracassados ou em via de fracasso, e segundo o *Failed States Index* (patrocinado pelo *Fund For Peace* e pela revista *Foreign Policy*), o número de países qualificados como em “situação de alerta” mostrou um pequeno, porém contínuo, crescimento, ao longo dos últimos quatro anos⁷. Os Estados de regime anocrático têm duas vezes mais probabilidade de enfrentarem instabilidade e conflitos violentos.

Essa violência envolve milícias rivais, grupos étnicos beligerantes, senhores da guerra, redes criminosas transnacionais e organizações paramilitares informais que não obedecem às “leis da guerra” convencionais. Os ilegítimos seguidores dos combatentes criminosos dominam “zonas cinzas” e “áreas sem lei”, empregando seus lucros ilícitos para financiar conflitos e comprar apoio operacional e logístico. Essa é a realidade da temida relação entre o crime e o terrorismo⁸.

As origens desse tipo de conflito são normalmente complicadas — quando não são

Randy Borum, Ph.D., é professor no College of Behavioral and Community Sciences da University of South Florida. Como cientista comportamental e psicólogo forense, pesquisador de temas relacionados à segurança global e

nacional, ele leciona e realiza consultas regulares junto às agências federais de imposição da lei, à comunidade de Inteligência e ao Departamento de Defesa.

caóticas —, o que lhe dá a tendência de durar por muito tempo⁹. São conflitos particularmente difíceis de terminar, e é sempre difícil determinar quem saiu vitorioso. Sua característica duradoura deve-se, em parte, à natureza indiscriminada de sua violência, que busca quebrar a determinação do adversário ao destruir moradias, instituições e infraestrutura, o que, por outro lado, acaba alimentando uma mentalidade de “não esquecer jamais” em seus inimigos¹⁰.

Normalmente, as diferentes facções têm pouca escolha ou pouco incentivo para terminar o conflito. Alguns desejam sua continuação devido à sua “ganância e não a ressentimentos”. O conflito lhes proporciona o poder, o *status* e o dinheiro que não teriam sem ele¹¹. Alguns continuam simplesmente porque é o que sempre fizeram. Crianças-combatentes são cada vez mais atraídas a essas lutas, o que faz com que gerações delas deixem de ter qualquer outra habilidade, experiência ou expectativa, que não a de combater. Elas combatem porque é só o que sabem fazer — isso leva ao que alguns chamam de “guerra de economia da oferta”¹².

As “pequenas guerras” não são um fenômeno novo, e tampouco são um tipo de combate novo para os Estados Unidos. No entanto, enfrentá-las com eficácia exige mais do que experiência¹³. As Forças Armadas dos EUA fizeram um enorme esforço para reunir lições dos conflitos anteriores, de modo que pudessem estar adaptados às novas contingências, mas como a transição entre o Iraque e o Afeganistão demonstrou, o próximo conflito não é como o último¹⁴.

A história das insurgências e das guerras localizadas — incluindo as contemporâneas — nos mostra que a dimensão humana de um conflito é extremamente importante, e isso vai muito além do simples conhecimento da cultura do adversário. Nem mesmo um entendimento profundo da cultura e das dinâmicas sociais será suficiente para ganhar uma guerra (embora o desconhecimento desses aspectos possa ser suficiente para perdê-la). A estratégia deveria se concentrar menos no planejamento de âmbito nacional e mais no nível das comunidades locais. O Estado permanece relevante como uma unidade básica no sistema internacional, mas, em geral, os conflitos fragmentados e complexos de



AP Foto/Jerome Delay

Rebeldes anti-Kadafi levam uma criança com um AK-47 e sinalizam com o “V de Vitória”, Trípoli, 20 Mar 11.

hoje exigem que nos aprofundemos. As insurgências e os movimentos de resistência se tornam sistemas vivos¹⁵. Eles — quase literalmente — assumem vida própria.

As insurgências geralmente não saem vitoriosas, mas certamente atingem um grau de sucesso estratégico que excede seu tamanho, sua capacidade militar e seu nível de sofisticação, sempre inferiores aos de seus oponentes. Elas conseguem isso ampliando o alcance de seus pontos fortes de forma assimétrica. As dinâmicas resultantes — algumas bem óbvias — trabalham em seu favor. Claro, os movimentos insurgentes precisam lidar com os problemas fundamentais que todos os grupos armados enfrentam, independentemente de sua história, motivações ou objetivos. Anthony Vinci os descreve como “os três problemas básicos da mobilização”¹⁶. Os insurgentes precisam de pessoas dispostas a lutar (motivação); de meios, incluindo armas e capacidade de sobrevivência (logística); e de capacidade de comando (liderança, organização e comunicações).



USAID

Um soldado ensina às crianças o perigo representado pelas minas terrestres, Ruanda, 25 Jun 07.

Até mesmo as tarefas mais básicas são relativamente óbvias, mas *o modo como* os militantes as abordam determinará se terão — ou não — sucesso nas esferas política e psicológica do conflito. Essas duas esferas servem como o fulcro dos insurgentes para exercer o poder assimétrico.

Nas seções seguintes, eu descrevo sete fontes de poder que são relevantes para as insurgências e os movimentos de resistência.

- O poder das expectativas crescentes.
- O poder do povo.
- O poder do provável perdedor.
- O poder da agilidade.
- O poder da resistência.
- O poder da segurança.
- O poder da inclusão.

O entendimento dessas fontes pode ajudar a explicar como e por que algumas insurgências obtêm sucesso e outras não, e ajudar a formar estratégias para enfrentá-las. Este artigo é uma heurística, não uma historiografia. A natureza e os mecanismos de poder são dinâmicos e frequentemente dependentes do contexto. Exceções existem para quase todas as regras. Com essa advertência, ofereço meus pensamentos sobre os seguintes pilares de poder das pequenas guerras.

O Poder das Expectativas Crescentes

Embora a pobreza raramente tenha sido uma força motivadora por trás dos movimentos e das guerras revolucionárias, o mesmo não tem ocorrido com as expectativas crescentes. — Joint Operating Environment, 2008.

A insurgência oferece a esperança de progresso, ascensão ou liberdade. Insurgências, por definição, aspiram a mudanças. Os insurgentes não têm uma “mentalidade de casamata” defensiva; as chamadas à ação, pelos revolucionários, buscam motivar em favor da causa — melhoria das condições de vida e conquista de liberdades essenciais. “Sem aspirações e expectativas crescentes, a sociedade não iria se esforçar e assumir riscos para obter novas formas de comportamento e conquistar melhores resultados”¹⁷. Nesse sentido, as expectativas crescentes geram resistência ao regime¹⁸.

Por séculos, as populações pobres e oprimidas, particularmente nas áreas subdesenvolvidas do mundo, sofriam profundamente de necessidades,

mas estavam confirmadas com seus destinos. Muitos não tinham noção de como era a vida daqueles que tinham mais recursos. Talvez tenham desejado que a vida fosse diferente, mas não conheciam nada além de suas próprias comunidades; não tinham ideia de como seria essa “vida diferente”, muito menos que ela talvez pudesse ser alcançada. A globalização e a tecnologia mudaram isso.

Agora, a competição entre aspirações das comunidades talvez se torne até mais intensa do que a competição entre nações. Durante a Cam-

Apresentar um problema como uma injustiça permite ao insurgente transformar as expectativas do povo em ações concretas.

panha pela Liderança Global Americana (*U.S. Global Leadership Campaign*), em 15 Jul 08, o então Secretário de Defesa Robert Gates previu que “Ao longo dos próximos 20 anos ou mais, certas pressões — população, recursos, energia, climas econômico e ambiental — podem se juntar às rápidas mudanças culturais, sociais e tecnológicas para produzir novas fontes de privação, raiva e instabilidade... [até o ponto em que] as ameaças mais persistentes e potencialmente perigosas irão se originar menos a partir de Estados ambiciosos e mais a partir de países fracos, que não conseguem satisfazer as necessidades básicas — e muito menos as aspirações — de seu povo”. Mais provavelmente, o poder das expectativas crescentes na geração de conflitos irá piorar, antes de melhorar.

As primeiras teorias sobre os conflitos pregavam a ideia de que a pobreza e a privação eram “causas primordiais” da violência política. Evidências subsequentes demonstraram claramente que a pobreza, por si só, não é nem uma causa substancial, nem um indicador consistente¹⁹ (alguns propõem um argumento mais sutil, segundo o qual a dinâmica talvez venha de uma de privação *relativa*²⁰). As pesquisas não apoiam a ideia de que o descontentamento

seja suficiente para inspirar violência política coletiva²¹. No entanto, insatisfação é uma coisa e injustiça é completamente outra. Apresentar um problema como uma injustiça permite ao insurgente transformar as expectativas do povo em ações concretas²².

A maioria das teorias de radicalização e ideologia extremista possui algum elemento de insatisfação como um elemento fundamental²³. Contudo, por que algumas insatisfações incitam à ação enquanto outras não? A razão fundamental parece ser a de os insatisfeitos considerarem suas queixas como decorrentes de uma injustiça²⁴. A diferença entre como as coisas são (o que as pessoas têm) e como as coisas deveriam ser (o que as pessoas deveriam ter) alimenta essas percepções. Expectativas crescentes ampliam essa lacuna, gerando um clima que fomenta reclamos quanto à injustiça. É assim, essencialmente, que a privação relativa leva a percepções de injustiça absoluta²⁵.

Quando aqueles insatisfeitos veem que outros não sofrem, ou que superaram o sofrimento — talvez por meio de violência revolucionária — o que antes era apenas algo desagradável agora passa a ser uma injustiça. Considerando que as pessoas não consideram as injustiças como sendo eventos aleatórios, não é difícil buscar um culpado específico — uma política, uma pessoa ou uma nação. O culpado então é vilificado — frequentemente demonizado —, inspirando os insatisfeitos a tomar medidas para corrigir as injustiças de que são vítimas²⁶.

O Poder do Provável Perdedor

A luta é geralmente iniciada pelo azarão e, às vezes, o favorito merece vencê-la. — Edgar Watson Howe

O movimento insurgente é quase sempre considerado o azarão. Geralmente o identificamos e o definimos com tal, comparando-o a uma entidade mais favorecida — o “favorito”. Consideramos que o azarão é “menos” ou aquele que tem menos condições do que o favorito. As pessoas gostam de torcer por aquele que é o provável perdedor — especialmente quando há alguma chance de que as aspirações daquele que está em desvantagem prevaleçam. Embora sejamos capazes de reconhecer a existência da atração pelo azarão, os mecanismos que levam a isso são muito mais complexos²⁷.



Militares estadunidenses conversam com familiares de um ex-integrante da Al Qaeda, durante uma operação de “Cercos e Vasculhamento” na cidade de Jeddá, Iraque, 04 Jun 08.

Como era de se esperar, há várias pesquisas que mostram que as pessoas não gostam de se autoidentificar como mal-sucedidas²⁸. Então qual é a razão que nos leva a torcer por — ou associar-se ao — provável perdedor? É uma questão que somente agora os cientistas sociais começam a desvendar²⁹. Algumas lições surgem das pesquisas de *marketing* e psicologia social. É importante ter em mente que a maioria das pesquisas feitas sobre esse fenômeno considera torcedores de vários times esportivos ou consumidores de certas marcas de produtos, e não insurgentes.

Primeiro: embora a maioria das pessoas procure se enxergar de forma positiva e deseje que também os outros o façam, aqueles que torcem pelo favorito se concentram no resultado conquistado, enquanto os torcedores do azarão permanecem focados nas qualidades positivas e atraentes dos “jogadores” e na importância desses aspectos em suas próprias vidas³⁰. Segundo: o apoio contínuo não exige que o azarão tenha um desempenho fantástico, mas que, no mínimo, haja alguma esperança, ainda que de forma intermitente. Em outras palavras, para merecer esse apoio “os azarões precisam ‘chegar perto’ de vez em quando, ou pelo menos exibir breves momentos com possibilidades de vitória, caso contrário serão apenas perdedores e ninguém esperará nada deles”³¹. Dois pontos adicionais sobre a atração do provável perdedor são dignos de nota. O pri-

justo e equitativo.

Ainda que apenas algumas dessas dinâmicas sejam válidas nos conflitos armados civis, o poder do provável perdedor é potencialmente muito importante para os movimentos insurgentes. Ao longo dos últimos 35 anos, psicólogos têm pesquisado um fenômeno que chamam de efeito de “usufruir da glória alheia”³³. Basicamente, isso ocorre quando uma pessoa busca associar sua imagem a de um grupo ou de uma instituição que tenha *status*, reputação de popularidade ou sucesso (ainda que essa pessoa não tenha nada a ver com esse sucesso). Considere como alguns fãs de clubes esportivos (um termo derivado da palavra “fanático”) discutem sobre seus times utilizando o pronome “nós” e terá uma ideia do fenômeno. É bem possível que esse efeito tenha importância capital para o sucesso de uma “marca” insurgente ou terrorista, sendo a razão pela qual mais admiradores parecem associar-se a esses grupos do que os próprios grupos reconheceriam como seus associados.

O Poder da Agilidade

1ª Regra: “Muitos e pequenos” superam “poucos e grandes”. — John Arquilla

Um dos principais desafios para enfrentar movimentos insurgentes é que eles são alvos móveis. Sua estrutura, organização e táticas são flexíveis. Eles se adaptam, evoluem e mudam

meio está relacionado à percepção de persistência e tenacidade que o azarão demonstra ao enfrentar a adversidade; uma qualidade admirada, com a qual muitos gostam de se identificar. Depois, o apoio ao provável perdedor parece estar arraigado nas percepções das pessoas sobre equilíbrio e justiça³². Os azarões têm uma desvantagem na competição contra os mais fortes. Se eles podem ter sucesso, então o êxito — visto de forma mais ampla — nos parecerá algo mais atingível,

continuamente. Embora, historicamente, tenha havido grupos insurgentes com estruturas paramilitares centralizadas, as insurgências do século XXI têm sido prioritariamente descentralizadas, dinâmicas e flexíveis³⁴.

A flexibilidade é a capacidade que uma Força tem para adaptar-se, aprender e mudar (com oportunidade) de modo a enfrentar a ameaça que se lhe apresenta³⁵. Os movimentos insurgentes eficazes são flexíveis tanto em sua estrutura quanto em sua cultura. Não apenas são capazes de sobreviver adversidades e mudanças, como também de reagir rapidamente, adaptando-se a elas de forma apropriada. Sem entrarmos no debate sobre a Al Qaeda ser, ou não, um movimento insurgente mundial, consideremos sua flexibilidade e seu desenvolvimento. O que começou como uma “agência de apoio administrativo” para os afegãos que resistiam à ocupação soviética, acabou tornando-se uma “base” de operações para grupos terroristas existentes; depois o centro teórico de uma rede mundial de novas organizações “afiliadas”; mais tarde, um tipo de movimento social e, no final, uma “marca” ou um centro inspirador para uma ideologia maligna e violenta³⁶.

Ser flexível e adaptável tem vantagens. A flexibilidade é, talvez, o fator mais importante na aprendizagem organizacional. O Exército dos EUA, claro, investiu milhões de dólares no desenvolvimento de bancos de dados de “lições aprendidas” e avaliou e identificou mudanças essenciais para adaptar-se ao atual ambiente de segurança mundial³⁷. Contudo, esse grande esforço não garante adaptações viáveis³⁸. Por sua natureza — se não por sua própria concepção — as forças convencionais tendem a ser grandes, pesadas e lentas. Essa estrutura funciona bem no teatro de operações convencional, mas não tão bem quando enfrenta insurgências ou pequenas guerras³⁹. Uma organização menor, mais flexível e descentralizada pode mover-se muito mais rapidamente entre a ideia e a ação, além de poder manter maior compartimentação para melhorar sua segurança operacional e reduzir os riscos associados a linhas de comunicações extensas e prolongadas. Ela pode mudar rapidamente entre os ataques cinéticos e as atividades de cunho psicológico ou político. Ela pode movimentar recursos financeiros, mobilizar pessoal e repor perdas em sua liderança com mais facilidade. Em geral,

o contrainsurgente tenta “recuperar o prejuízo”, mas sempre acaba descobrindo que quando compreende uma situação, ela já mudou ou deixou de ser importante. A flexibilidade é um multiplicador de força extremamente efetivo, especialmente contra um adversário grande e lento.

O Poder do Povo

A mais rica fonte de poder para se travar uma guerra reside nas multidões. — Mao Tsé-tung

Os insurgentes contemporâneos dispõem da clara vantagem de “jogar em seu próprio campo”, algo que sabem explorar com grande efeito. Devido ao fato de que os insurgentes — em particular os revolucionários — assumem o manto de uma resistência, eles se posicionam como representantes ostensivos do povo. E a população dará seu apoio, na medida em que perceba sua retórica como verdadeira⁴⁰. O Presidente Mao se referiu às pequenas guerras como as “guerras do povo”.

Na doutrina de contrainsurgência centrada na população, o povo é o foco de esforço do contrainsurgente e sua recompensa pelo sucesso⁴¹. Por essa razão, muitos consideram as insurgências e as tentativas de reprimi-las como verdadeiras “batalhas pelos corações e mentes da população⁴². O que talvez não seja tão evidente, contudo, é que essa batalha não começa “zerada” para os dois lados. Desde o início, a insurgência se declara como a representante do povo, a voz que clama pela justiça. O contrainsurgente precisa fazer por merecer, persuadir e manobrar para ganhar o apoio da população. Pode-se dizer que o insurgente já o tem, e precisa apenas mantê-lo e não aliená-lo.

Considere a típica distinção que fazemos quando somos integrantes de um grupo (“nós” e “eles”)⁴³. Duas dinâmicas comuns que tendem a compelir as relações entre grupos (ou intergrupo) são: o *favoritismo interno* (uma tendência de avaliarmos melhor e nos comportarmos de forma mais favorável com relação aos integrantes do nosso grupo) e o *desmerecimento dos outros* (uma tendência de avaliarmos mal e nos comportarmos de forma mais negativa com relação aos que não fazem parte do nosso grupo)⁴⁴.

O apoio popular não é apenas a mais rica fonte de poder; é também a mais rica fonte de energia e de ímpeto para a insurgência. O apoio popular não é uma condição suficiente para o êxito, mas é necessário para que a resistência prospere. Pela

perspectiva psicológica, tanto o insurgente como o contrainsurgente gostariam que a população se identificasse com seu lado e se opusesse ao outro grupo⁴⁵.

Para atrair pessoas, a insurgência organiza sua narrativa com uma “voz íntima”, enquanto se infiltra física e discretamente na população civil. Os insurgentes seguem o aforismo de Mao Tsé-tung, que reza que “a guerrilha deve se mover entre as pessoas como um peixe no mar”. Buscam ser indistintos do povo, tornando-se sua voz e amplificando a ameaça representada pelo contrainsurgente externo ao grupo, utilizando a propaganda e a desinformação persistentes. Isso tem o duplo efeito de fazer com que o grupo (por eles criado) tenha mais coesão e que a oposição ao regime aumente.

Ganhar o apoio do povo é a estratégia primária do insurgente e seu objetivo principal. O Presidente Mao disse que “as armas são um fator importante na guerra, mas não o fator decisivo;

Ganhar o apoio do povo é a estratégia primária do insurgente e seu objetivo principal.

o povo, e não as coisas, é o que é decisivo. A disputa de forças não é apenas uma competição dos poderes militar e econômico, mas também uma competição dos poderes humano e moral. Os poderes militar e econômico são necessariamente exercido por pessoas”.

O Poder da Resistência

Qualquer condição é mais calculável e qualquer obstáculo é mais superável que os relacionados à resistência humana. — Sir B.H. Liddell Hart

Os insurgentes não usam apenas táticas assimétricas; eles o fazem no contexto de estratégias assimétricas. O objetivo fundamental do insurgente é simplesmente frustrar os objetivos do contrainsurgente. Podemos chamá-lo de “poder de jogar areia”. Malograr um plano não deixa de ser uma forma de sabotá-lo. O propósito da sabotagem é interferir com os objetivos e os interesses do

competidor e criar desordem. A desordem é o amigo estratégico do insurgente e o inimigo do regime.

Com frequência os movimentos insurgentes não buscam uma vitória decisiva, mas, em vez disso, apenas impedir que o contrainsurgente obtenha a vitória. Procuram “estar vencendo”, não necessariamente serem vitoriosos. Para estar vencendo, o insurgente só precisa desorganizar, prejudicar e resistir. Ele não precisa construir, criar ou manter. Sob todos os aspectos, o ônus do insurgente é mais leve do que o do contrainsurgente. Henry Kissinger observou, quase meio século atrás, que “A guerrilha ganha se ela não perde. O exército convencional perde, se não ganha”⁴⁶. Essa assimetria é a essência da resistência, algo que proporciona uma imensa vantagem ao insurgente.

As assimetrias de restrições multiplicam o poder da insurgência ainda mais. O insurgente tem muito mais liberdade tática para resistir do que o Estado, para reprimir a resistência. As táticas insurgentes são limitadas apenas pelo etos e pelo apoio do povo. Contanto que o insurgente seja capaz de se manter no mesmo lado em que está a população, poderá, em grande medida, empregar qualquer meio que deseje.

A grande estratégia de “não perder” envolve provocar, desestruturar e desgastar os contrainsurgentes de modo persistente. Eles provocam o Estado, na esperança de que os contrainsurgentes reajam com força excessiva. Se isso acontece, utilizam o fato para mobilizar seu próprio apoio popular.

Eles impedem que o contrainsurgente cumpra sua missão simplesmente utilizando todas as demonstrações de resistência ativa (já que o objetivo do contrainsurgente é suprimir a resistência) e ao mostrar à população que o Estado não pode garantir a segurança de seu povo. Poucas táticas são mais efetivas nesse mister do que atos de violência intermitentes e indiscriminados. Gerar um clima de medo e de desordem geral aprofunda a descrença no regime.

Por fim, os insurgentes desgastam as Forças do regime ao esgotarem seus recursos financeiros e seus efetivos, compelindo-as a proteger “tudo” e reconstruir o que o insurgente destruiu, enquanto frustram sua capacidade de aproveitar qualquer sucesso ou de ganhar ímpeto. Poucas Forças — e, com certeza, poucas nações — têm a determinação política para perseverar ante adversidades prolongadas como essas.

O Poder da Inclusão

A camaradagem faz com que um homem se sinta motivado e corajoso quando todos os seus instintos tenderiam a deixá-lo frio e amedrontado. — Marechal-de-Campo Visconde de Montgomery

Os movimentos insurgentes oferecem uma forma de inclusão, de ser parte de algo maior, de experimentar laços de afiliação e de receber um papel com significado e propósito⁴⁷. Estas são recompensas poderosas — embora intangíveis — ao subgrupo mais vulnerável dentre os possíveis recrutas. A promessa de fazer parte os atrai e os mantém engajados e leais, caso seja devidamente dirigida⁴⁸. A lealdade é frequentemente construída sobre uma base de conexão com os outros, uma identidade comum e um sentido de inclusão compartilhado.

Observações a respeito das técnicas de recrutamento das organizações terroristas e extremistas mostram que muitas pessoas se juntam a elas por solidariedade à família, aos amigos ou aos conhecidos⁴⁹. “Para os indivíduos que se tornam terroristas, a atração inicial é o grupo ou a comunidade religiosa, e não uma ideologia abstrata ou a pura violência”⁵⁰. Como ocorre em muitas formas de violência coletiva, os indivíduos são frequentemente mobilizados para agir devido aos seus compromissos para com outras pessoas, e não por compromissos para com causas e ideais abstratos.

Embora haja algumas pessoas que participam ou apoiam uma insurgência devido à sua dedicação integral à causa, para muitas outras, ser parte dela é basicamente um fim por si só. Ela lhes proporciona um propósito e uma identidade⁵¹. A motivação psicológica é a principal, enquanto a motivação ideológica/política é secundária. No entanto, mesmo para aqueles que são “crentes verdadeiros”, a satisfação de pertencer ao grupo exerce poderosa atração⁵².

Não é por coincidência que a fonte da maioria dos movimentos insurgentes vem de grupos de jovens marginalizados e insatisfeitos. As pequenas guerras de hoje capitalizam sobre as ameaças de segurança baseadas em identidade, as quais são assuntos particularmente explosivos para essa categoria demográfica⁵³. Steven Metz e Raymond Millen, do Instituto de Estudos Estratégicos, observam que “insurgentes inspiram resistência e recrutamento por meio do desafio, particularmente entre os jovens afetados por



Programas de reabilitação, apoiados pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), assistem na reinserção de jovens na sociedade, Ruanda, 25 Jun 07.

uma combinação volátil de tédio, raiva e falta de propósito. A insurgência pode proporcionar um sentido de aventura, entusiasmo e significado, que transcende seus objetivos políticos”⁵⁴. Com o aumento do número de jovens no mundo, aproximadamente 87% da população global, entre as idades de 10 e 19, vivem em países em desenvolvimento, muitos dos quais são fornalhas de instabilidade política alimentadas pela falta de modernidade e pelo etos de ser parte — e estar sujeito às limitações — de um “não-Estado”⁵⁵. Talvez isso sugira que o grupo de maior risco para uma insurreição — em termos demográficos e psicossociais — esteja concentrado nas áreas mais voláteis e de maior risco do mundo.

O Poder da Segurança

A maioria das pessoas quer segurança neste mundo e não, liberdade. — H.L. Mencken

Em geral, o integrante de uma insurgência nascente descobre, dentro do movimento, um sentido essencial de segurança física, social e emocional. Fisicamente, há força nos números. Socialmente, a responsabilidade compartilhada e a confiança alimentam a lealdade. Emocionalmente, a ideologia, a doutrina e as regras do grupo proporcionam um reconfortante senso de estrutura.

Hoje, quase todas as palestras acerca da natureza das insurgências ou do combate irregular incluem a conhecida pirâmide da “hierarquia de necessidades”. Durante a primeira metade do século XX, o psicólogo Abraham Maslow desenvolveu uma teoria para compreender a motivação

humana, a qual ele baseou em uma constelação hierárquica de necessidades humanas. As mais fundamentais são as necessidades fisiológicas básicas como água e comida. Logo acima está a categoria de necessidades de “segurança”⁵⁶. Em termos práticos, essas duas categorias combinadas constituem a essência da segurança humana — liberdade do desejo (necessidades psicológicas) e liberdade do medo (necessidades de segurança)⁵⁷.

Os insurgentes geram medo e desordem, para depois usá-los na mobilização de apoio. Um clima de desordem solapa a confiança na capacidade do regime de proteger seus cidadãos⁵⁸. A desordem pode aumentar o medo nas pessoas mais do que o aumento da criminalidade ou do que riscos reais de sofrer danos pessoais⁵⁹. Os conflitos civis, as tensões étnicas e religiosas e o tráfico de drogas contribuem para aumentar o sentimento de insegurança. “Esse sentimento de insegurança tem levado a uma crescente percepção de que a garantia da segurança pública, como um bem comum — a própria *raison d’être* de um Estado — já não pode ser garantida pelo sistema”⁶⁰.

O medo geralmente funciona como uma tática, quando a mensagem que o induz apresenta uma solução ou uma alternativa de segurança⁶¹. Aquele que estiver no controle, seja o regime ou o grupo insurgente — ou aquele que aparente não ser passível de controle pelo outro — terá vantagem no gerenciamento do clima de segurança da comunidade e da segurança da população⁶². O Estado que não governa, não protege e não cuida de seu povo cede seu poder àqueles que queiram fazê-lo.

No desafio que se apresenta hoje, os grupos

insurgentes não apenas buscam manipular e dominar as ameaças à segurança comunitária, mas também têm buscado oferecer serviços e soluções a elas⁶³. O Hezbollah foi o modelo dessa abordagem, embora com certeza não seja o único grupo a emprega-la⁶⁴. O Hezbollah talvez seja mais conhecido no Ocidente por suas ações terroristas terríveis e persistentes, incluindo sua ligação com o conhecido ataque suicida contra as instalações do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA em Beirute, que, pode-se dizer, iniciou a moderna era dos ataques suicidas. O Hezbollah também possui uma significativa rede de serviços sociais e de atendimento médico, mantidos em áreas com grande carência e infraestrutura deficiente. Quando existe a ameaça de doenças ou de crises de violência, as vítimas normalmente não têm outra escolha para obterem ajuda, a não ser recorrer ao Hezbollah e às suas instalações. O grupo irá ajudá-las com espírito generoso, sem exigir lealdade ou reciprocidade. Ele não impõe serviços à população ou diz aos cidadãos o que necessitam. Em vez disso, o Hezbollah identifica as necessidades e as lacunas negligenciadas pelo Estado, busca capacitar-se e passa a atrair as pessoas necessitadas. A ideia de “atrair”, ao invés de “estimular” é uma diferença sutil nem sempre entendida pelos contrainsurgentes. O Hezbollah já aprendeu que garantir os desejos da população também significa garantir sua lealdade e apoio.

Conclusão

Deveríamos deixar de lado nossa obsessão com “terrorismo” e com o próximo “grande ataque” e ficar de olho nas áreas sem ordem e sem governo; na evolução dos grupos armados e não estatais; e nos danos corrosivos e insidiosos causados à segurança mundial pelos conflitos sociais persistentes.

As guerras são “empreendimentos essencialmente humanos”, mas as pequenas guerras são menos suscetíveis à análise centrada em nações. Nem nosso adversário nem suas Forças Armadas são entidades monolíticas. Talvez precisemos modificar nossa análise de “centro de gravidade” tradicional, para acomodar os *vários* centros de gravidade quando o poder está disperso de forma assimétrica. As insurgências e os movimentos de resistência são sistemas vivos e dinâmicos, impulsionados por dinâmicas sociais⁶⁵. Os movimentos insurgentes bem-sucedidos capitalizam as fontes



AP Foto/Hussein Mallat

Um simpatizante com uma bandeira do Hezbollah no “Dia de Libertação”, que comemora a retirada do Exército israelense do Sul do Líbano, em 2000. Baalbek, Líbano, 25 Mai 11.

de poder disponíveis para obter a simpatia da maioria da população e mobilizar seu pequeno exército. Para o insurgente, as dinâmicas apresentadas — o poder das expectativas crescentes, o poder do povo, o poder do provável perdedor, o poder da agilidade, o poder da resistência, o poder da segurança e o poder da inclusão — tornam-se os pilares de poder das pequenas guerras. Para o contrainsurgente, cada um desses pilares representa tanto uma ameaça potencial como uma vulnerabilidade a ser explorada.

Falando sobre o esforço dos EUA no Iraque, o General James Mattis disse que “às vezes, as

guerras são vencidas pelo lado que comete o menor número de erros, e o inimigo cometeu um erro após o outro, seguidamente. E, de nosso lado, quando percebemos que havíamos cometido um erro, nós nos corrigimos. Assim, o inimigo trabalhava misturado à população, mas o povo nos identificou como aqueles que estavam fazendo as coisas certas e que o inimigo trabalhava contra os interesses do povo. E então, se viraram contra eles”⁶⁶. No Iraque, pode-se afirmar que as Forças dos EUA prevaleceram quando passaram a solapar e a derrubar os pilares de poder da insurgência.**MR**

REFERÊNCIAS

- HEWITT, J. Joseph; WILKENFIELD, Jonathan; GURR, Ted Robert. *Peace and Conflict 2010* (Boulder, CO: Paradigm Publishers, 2010).
- Citação de WILLIAMS, Phil. “Transnational Criminal Organizations and International Security”, in *Athena's Camp: Preparing for Conflict in the Information Age*, John Arquilla e David Ronfeldt (Santa Monica: RAND, 1997), p. 61-97; consulte também MITCHELL, Katharyne. “Ungoverned Space: Global Security and the Geopolitics of Broken Windows”, *Political Geography* 29 (2010): pp. 289-97.
- “As pequenas guerras (*small wars*)” consistem em operações iniciadas sob a autoridade do poder executivo, nas quais a força militar é aplicada — geralmente junto com outros elementos do poder — nos assuntos internos ou externos de outro Estado, cujo governo se apresenta instável, inadequado ou insatisfatório para promover a preservação da vida e de outros interesses, determinados pela política externa dos Estados Unidos da América. A aplicação de meios puramente militares, por si só, talvez não seja capaz de restaurar a paz e a governabilidade, porque as causas fundamentais da condição de iniquitização podem ser econômicas, políticas ou sociais. U.S. Marine Corps, *Marine Corps Operating Concepts* (Quantico, VA: USMC, June, 2010), p. 11; FALL, Bernard B. “The Theory and Practice of Insurgency and Counterinsurgency”, *Naval War College Review* (1965): p. 1.
- A insurgência é um movimento organizado que visa à derrubada de um governo constitucional, por meio do uso de subversão e conflito armado. Consulte Joint Chiefs of Staff, Publication 1-02, *Dictionary of Military and Associated Terms*, p. 267, disponível em: <http://www.dtic.mil/doctrine/jel/new_pubs/jpl_02.pdf>.
- Consulte HEWITT; WILKENFELD; GURR.
- MOODIE, Michael. “Conflict Trends in the 21st Century”, *Joint Force Quarterly* 53, no. 2 (2009): p. 19-27.
- Foreign Policy Magazine and Fund for Peace, “The Failed States Index 2010”, *Foreign Policy*, disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/06/21/2010_failed_states_index_interactive_map_and_rankings>, acesso em: 30 jun. 2010.
- SHELLEY, Louise. “The Nexus of Organized Crime and International Criminals and Terrorism”, *International Annals of Criminology* 40 (1-2), (2002): p. 85-92; SANDERSON, Thomas. “Transnational Terror and Organized Crime: Blurring the Lines”, *SAIS Review* 24, no. 1 (2004): p. 49-61; CORNELL, Svante. “Narcotics and Armed Conflict: Interaction and Implications”, *Studies in Conflict and Terrorism* 30, no. 3 (2007): p. 207-27.
- BOOT, Max. *Savage Wars of Peace: Small Wars and the Rise of American Power* (New York: Basic Books, 2003); COLLIER, Paul; HOEFFLER, Anke; SÖDERBOM, Måns. “On the Duration of Civil War”, *Journal of Peace Research* 41, no. 3 (2004): p. 253-73; JOHNSON, Neil F. “Complexity in Human Conflict”, in *Managing Complexity: Insights, Concepts, Applications*, ed. Dirk Helbing, (Heidelberg: Springer, 2008), p. 303-20.
- MOODIE.
- ROSENTHAL, Justine A. “For-Profit Terrorism: The Rise of Armed Entrepreneurs”, *Studies in Conflict & Terrorism* 31 (2008): p. 481-98.
- HADAR, Leon T.; ANDERSON, Frank; MOHAMED, Fareed; LUSTICK, Ian S. “In the Wake of War: Geo-strategy, Terrorism, Oil and Domestic Politics”, *Middle East Policy* 10, no. 1 (2003): p. 1-28.
- METZ, Steven. “Small Wars: From Low Intensity Conflict to Irregular Challenges”, in *Rethinking the Principles of War*, ed. Anthony McIvor (Annapolis: Naval Institute Press, 2006), p. 279-88; CASSIDY, Robert M. “Why Great Powers Fight Small Wars Badly”, *Military Review* 82, no. 5 (2002): p. 41-53; BOOT.
- HAMMES, Thomas X. *The Sling and the Stone: On War in the 21st Century* (St. Paul, Minnesota: Zenith Press, 2004).
- BAKER, Jim. “Systems Thinking and Counterinsurgencies”, *Parameters* 36 (Winter, 2006-2007): p. 26-43. Disponível em: <<http://www.carlisle.army.mil/usawc/Parameters/06winter/baker.pdf>>.
- VINCI, Anthony. “The ‘Problems of Mobilization’ and the Analysis of Armed Groups”, *Parameters* 36, no. 1 (Spring, 2006).
- JACOBS, Garry; CLEVELAND, Harlan. *Social development theory* (1999), disponível em: <http://www.icpd.org/development_theory/SocialDevTheory.htm>, acesso em: 30 mar. 2010.
- A “revolução das expectativas crescentes” é uma frase que surgiu nos anos 50, para descrever a ascensão da Ásia durante esse período.
- WEBBER, Craig. “Reevaluating Relative Deprivation Theory”, *Theoretical Criminology* 11 (2007): p. 97-120; LICHBACH, Mark Irving. “An evaluation of ‘does economic inequality breed conflict?’ studies”, *World Politics* 41, no. 4 (1989): p. 431-71.
- GURR, Ted Robert. *Why Men Rebel* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1970).
- BRUSH, Stephen G. “Dynamics of Theory Change in the Social Sciences: Relative Deprivation and Collective Violence”, *Journal of Conflict Resolution* 40, no. 4 (1996): p. 523-45.
- SMITH, Dan. “Trends and Causes of Armed Conflict”, in *Berghof Handbook for Conflict Transformation* (Berlin: Berghof Research Center for Constructive Conflict Management, 2000), disponível em: <<http://www.berghof-handbook.net/cf.htm>>.
- BURGESS, Mark; FERGUSON, Neil; HOLLYWOOD, Ian. “From Individual Discontent to Collective Armed Struggle: Personal Accounts of the Impetus for Membership or Non-Membership in Paramilitary Groups”, in *The Range of Evil: Multidisciplinary Studies of Human Wickedness*, ed. William Andrews Myers (Oxford: Inter-disciplinary Press, 2006), p. 29-39.
- FELSON, Richard B.; TEDESCHI, James T. *Aggression and Violence: Social Interactionist Perspectives* (Washington, DC: American Psychological Association, 1993).
- SMITH, Heather J.; ORTIZ, Daniel J. “Is It Just Me? The Different Consequences of Personal and Group Relative Deprivation”, in *Relative Deprivation: Specification, Development and Integration*, ed. Iain Walker e Heather J. Smith (Cambridge: Cambridge University Press, 2002), p. 91-118.
- BORUM, Randy. “Understanding the Terrorist Mind-Set”, *FBI Law Enforcement Bulletin* 72, no. 7 (July 2003), p. 7-10; MOGHADDAM, Fathali M. “The Staircase to Terrorism: A Psychological Exploration”, *American Psychologist* 60 (2005): p. 161-69.
- VANDELLO, Joseph A.; GOLDSCHMIED, Nadav P.; RICHARDS, David A.R. “The Appeal of the Underdog”, *Personality and Social Psychology Bulletin* 33, no. 12 (2007): p. 1603-16.
- TAJFEL, Henri; TURNER, John C. “The Social Identity Theory of Intergroup Behavior”, in *The Social Psychology of Intergroup Relations*, ed. Stephen Worchel e William G. Austin (Chicago: Nelson Hall, 1986), p. 7-24; CAMPBELL, Jennifer D.; TESSER, Abraham. “Self-Evaluation Maintenance Processes in Relationships”, *Understanding Personal Relationships: An Interdisciplinary Approach*, ed. Steve Duck e Daniel Perlman (Beverly Hills, CA: Sage, 1986), p. 107-35; SNYDER, C.R.; LASSEGARD, MaryAnne; FORD, Carol E. “Distancing

after Group Success and Failure: Basking in Reflected Glory and Cutting Off Reflected Failure”, *Journal of Personality and Social Psychology* 51 (1986): p. 382-88; SCHIMMEL, Jeff; PYSZCZYNSKI, Tom; GREENBERG, Jeff; O’MAHEN, Heather; ARNDT, Jamie. “Running from the Shadow: Psychological Distancing from Others to Deny Characteristics People Fear in Themselves”, *Journal of Personality and Social Psychology* 78 (2000): p. 446-62.

29. GOLDSCHMIED, Nadav P.; VANDELLO, Joseph A. “The Advantage of Disadvantage: Underdogs in the Political Arena”, *Basic and Applied Social Psychology* 31 (2009): p. 24-31.

30. FISHER, Robert J.; WAKEFIELD, Kirk. “Factors leading to group identification: A field study of winners and losers”, *Psychology and Marketing* 15, no. 1 (January 1998): p. 23-40.

31. MCGINNIS, Lee Phillip; GENTRY, James W. “Underdog Consumption: An Exploration into Meanings and Motives”, *Journal of Business Research* 62, no. 2 (2009): p. 191-99.

32. Consulte VANDELLO, Joseph A.; GOLDSCHMIED, Nadav P.; RICHARDS, David A.R., “The Appeal of the Underdog”.

33. CIALDINI, Robert B.; BORDEN, R.J.; THORNE, A.; WALKER, M.R.; FREEMAN, S.; SLOAN, L.R. “Basking in Reflected Glory: Three (Football) Field Studies”, *Journal of Personality and Social Psychology* 34 (1976): p. 366-75; CIALDINI, Robert B. e DE NICHOLAS, Maralou E. “Self-Presentation by Association”, *Journal of Personality and Social Psychology* 57 (1989): p. 626-31.

34. COHEN, Eliot; CRANE, Conrad; HORVATH, Jan; NAGL, John. “Principles, Imperatives, and Paradoxes of Counterinsurgency”, *Military Review* (March–April 2006): 49–53; VINCI, Anthony. *Armed Groups and the Balance of Power* (New York: Routledge, 2009); JOHNSON, Neil. “Complexity in Human Conflict”, in *Understanding Complex Systems* (Heidelberg: Springer, 2008), pp. 303-20.

35. ATKINSON, Simon; MOFFAT, James. *The Agile Organization: From Information Networks to Complex Effects and Agility* (Washington, DC: CCRP Publications Series, 2005), p. 164, disponível em: <http://www.dodccrp.org/publications/pdf/Atkinson_Agile.pdf>.

36. BORUM, Randy; GELLES, Michael. “Al-Qaeda’s Operational Evolution: Behavioral and Organizational Perspectives”, *Behavioral Sciences and the Law* 23 (2005): p. 467-83.

37. SEWALL, Sarah. “Modernizing U.S. Counterinsurgency Practice: Rethinking Risk and Developing a National Strategy”, *Military Review* 86 (September-October 2006): p. 107-109; U.S. Army Field Manual 3-24, *Counterinsurgency* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 2006), disponível em: <<http://usacac.army.mil/cac/repository/materials/coin-fm3-24.pdf>>; METZ, Steven e MILLEN, Raymond. “Insurgency and Counterinsurgency in the 21st Century: Reconceptualizing Threat and Response”, *Special Warfare* 17 (February 2005): p. 6-21; MANWARING, Max. *Shadows of Things Past and Images of the Future: Lessons for the Insurgencies in Our Midst* (Carlisle: U.S. Army War College, Strategic Studies Institute, 2004), disponível em: <<http://www.carlisle.army.mil/ssi/pdffiles/PUB587.pdf>>; HOFFMAN, Frank. “Principles for the Savage Wars of Peace”, in *Rethinking the Principles of War*, ed. Anthony McIvor (Annapolis: Naval Institute Press, 2006), p. 299-322.

38. BARNETT, Thomas *The Pentagon’s New Map: War and Peace in the Twenty-First Century* (New York: Putnam, 2004); GRAY, Colin *Irregular Enemies and the Essence of Strategy: Can the American Way of War Adapt?* (Carlisle: U.S. Army War College, Strategic Studies Institute, 2006).

39. RECORD, Jeffrey. *The U.S. Isn’t Good at Winning or Supporting Irregular Warfare* (Washington, DC: Cato Institute, 19 October 2006), disponível em: <http://www.cato.org/pub_display.php?pub_id=6723>; KILCULLEN, David. “Counterinsurgency Redux”, *Survival* 48 (Winter 2006-2007): p. 111-30.

40. RECORD, Jeffrey. “External Assistance: Enabler of Insurgent Success”, *Parameters* 36 (Autumn 2006): p. 36-49, disponível em: <<http://www.carlisle.army.mil/usawc/Parameters/06autumn/record.pdf>>, acesso em: 30 jun. 2010.

41. GALULA, David. *Counterinsurgency Warfare, Theory and Practice* (New York: Praeger, 1964); GENTIL, Gian. “A Strategy of Tactics: Population-centric COIN and the Army”, *Parameters* (2009): p. 5-17.

42. MOCKAITIS, Thomas R. “Winning Hearts and Minds in the ‘War on Terrorism,’” *Small Wars & Insurgencies* 14 (Spring 2003): p. 21-38.

43. HEWSTONE, Miles; RUBIN, Mark; WILLIS, Hazel. “Intergroup Bias”, *Annual Review of Psychology* 53 (2002): p. 575-604.

44. BREWER, Marilyn B. “The Psychology of Prejudice: Ingroup Love or Outgroup Hate?” *Journal of Social Issues* 55 (1999): p. 429–44; HASLAM, S. Alexander; TURNER, John C.; OAKES, Penelope J.; MCGARTY, Craig; REYNOLDS, Katherine J. “The Group as a Basis for Emergent Stereotype Consensus”, *European Review of Social Psychology* 8 (1997): p. 203-39.

45. HEWSTONE; RUBIN; WILLIS.

46. KISSINGER, Henry. “The Vietnam Negotiations”, *Foreign Affairs* (January 1969): p. 214.

47. LUCKABAUGH, Robert; FUQUA, E.; CANGEMI, J.; KOWALSKI C. “Terrorist Behavior and US Foreign Policy: Who Is the Enemy? Some Psychological and Political Perspectives”, *Psychology* 34, no. 2 (1997): p. 1-15.

48. MARSELLA, Anthony J. “Terrorism: Reflections on Issues, Concepts, and Directions”, in *Understanding Terrorism: Psychosocial Roots, Consequences, and Interventions*, ed. Fathali Moghaddam e Anthony J. Marsella (Washington, DC: American Psychological Association, 2003), p. 11-48.

49. PORTA, Donatella Della. *Social Movements, Political Violence, and the State: A Comparative Analysis of Italy and Germany* (Cambridge: Cambridge University Press, 1995); PORTA, Donatella Della. “Political Socialization in Left-Wing Underground Organizations: Biographies of Italian and German Militants”, *International Social Movement Research* 4 (1992): p. 259-90.

50. CRENSHAW, Martha. “The Subjective Reality of the Terrorist: Ideological and Psychological Factors in Terrorism”, in *Current Perspectives on International Terrorism*, eds. Robert O. Slater e Michael Stohl (Hampshire: Macmillan, 1988).

51. TAYLOR, Donald M.; LOUIS, Winnifred. “Terrorism and the Quest for Identity”, in *Understanding Terrorism: Psychosocial Roots, Consequences, and Interventions*, ed. Fathali Moghaddam e Anthony J. Marsella; TAYLOR, Max e HORGAN, John. “A Conceptual Framework for Addressing Psychological Processes in the Development of the Terrorist”, *Terrorism and Political Violence* 18 (2006): p. 585-601; DRURY, John e REICHER, Steve. “Collective Action and Psychological Change: The Emergence of New Social Identities”, *British Journal of Social Psychology* 39 (2000): p. 579-604; DRURY, John e REICHER, Steve. “Explaining enduring empowerment: A comparative study of collective action and psychological outcomes”, *European Journal of Social Psychology* 35 (2005): p. 35-58.

52. CRENSHAW, Martha. “An Organizational Approach to the Analysis of Political Terrorism”, *Orbis* 29, no. 3 (1985): p. 465-89.

53. AYDIN, Mustafa; ACIKMESE, Sinem. “Identity-based Security Threats in a Globalized World: Focus on Islam”, in *Globalization and Environmental Challenges*, ed. Hans Günter Brauch, et al. (Berlin, Heidelberg: Springer, 2008), p. 413-20.

54. METZ, Steven; MILLEN, Raymond. *Insurgency and Counterinsurgency in the 21st Century: Reconceptualizing Threat and Response* (Carlisle: U.S. Army War College, Strategic Studies Institute, 2004), p. 4.

55. BULL, Hedley. *The Anarchical Society* (London: Macmillan, 1977), p. 254-55; CERNY, Philip G. “Neomedievalism, Civil War and the New Security Dilemma: Globalisation as Durable Disorder”, *Civil Wars* 1:1, (1998): p. 36-64; RAPPLEY, John. “The New Middle Ages”, *Foreign Affairs* 83, no. 3 (2006): p. 95-103.

56. MASLOW, Abraham H. *Motivation and Personality*, 3rd ed., revisado por R. Frager, J. Fadiman, C. McReynolds, e R. Cox (New York: Harper & Row, 1987) (a obra original publicada em 1954).

57. KING, Gary; MURRAY, Christopher J.L. “Rethinking Human Security”, *Political Science Quarterly* 116 (2002): p. 585-610.

58. BECKETT, Katherine; HERBERT, Steve. “Dealing with Disorder: Social Control in the Postindustrial City”, *Theoretical Criminology* 12, no. 1 (2008): p. 5-30; GRAHAM, Stephen. *Cities Under Siege: The New Military Urbanism* (London: Verso, 2010).

59. XU, Yili; FIEDLER, Mora L.; FLAMING, Karl H. “Discovering the Impact of Community Policing: The Broken Windows Thesis, Collective Efficacy, and Citizens’ Judgment”, *Journal of Research in Crime and Delinquency* 42, no. 2 (2005): p. 147-86; KELLING, George; COLES, Catherine. *Fixing Broken Windows: Restoring Order And Reducing Crime in Our Communities* (New York: Free Press, 1996); SKOGAN, Wesley. *Disorder and Decline: Crime and the Spiral Decay in American Neighborhoods* (New York: Oxford University Press, 1990).

60. CERNY, Philip G. “Neomedievalism, Civil War and the New Security Dilemma: Globalisation as Durable Disorder”, p. 39.

61. WITTE, Kim; ALLEN, Mike. “A Meta-Analysis of Fear Appeals: Implications for Effective Public Health Campaigns”, *Health Education and Behavior* 27, (2000): p. 591-615.

62. DILLON, Michael. “The Security Of Governance”, e VALVERDE, Mariana; MOPAS, Michael. “Insecurity and the Dream of Targeted Governance”, in *Global Governmentality: Governing International Spaces*, ed. Wendy Larner e William Walters (London: Routledge, 2004), p. 76-96, 233-250; HUYSMANS, Jef; DOBSON, Andrew; PROKHOVNIK, Raia. *The Politics of Protection: Sites of Insecurity and Political Agency* (London: Routledge, 2006); MITCHELL, Katharyne e BECKETT, Katherine. “Securing the Global City: Crime, Consulting, Risk, and Ratings in the Production of Urban Space”, *Indiana Journal of Global Legal Studies* 15, no. 1 (2008): p. 75-99.

63. LAQUEUR, Walter. “Postmodern Terrorism”, *Foreign Affairs* 75, no. 5 (September/October 1996): p. 24–36; GRYNKEWICH, Alexis. “Welfare as Warfare: How Violent Non-State Groups Use Social Services to Attack the State”, *Studies in Conflict & Terrorism* 31, no. 4 (2008): p. 350-70.

64. HARIK, Judith Palmer. *Hezbollah: The Changing Face of Terrorism* (London: I.B. Tauris, 2006).

65. BAKER, Jim. “Systems Thinking and Counterinsurgencies”, p. 26-43.

66. MURADIAN, Vago. “Interview with General James Mattis”, *Defense News* (23 may 2010), disponível em: <<http://www.defensenews.com/story.php?i=4639100&c=FEA&s=INT>>, acesso em: 30 jun. 2010.